

**Relatório da Administração**

Srs. Acionistas, Em conformidade com a legislação em vigor e com as disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **All Ore Mineração S.A.** ("All Ore" ou "Cia.") referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013.

**Considerações Gerais sobre a Cia.:** A All Ore Mineração S.A. foi constituída em 18/08/2008 com o intuito de identificar e desenvolver as oportunidades de investimento no setor de mineração do Brasil. A Cia. encontra-se instalada em seu escritório administrativo na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 2º andar, conjunto 22, Itaim Bibi, CEP 04542-000, São Paulo – SP. De acordo com o seu estatuto social, a Cia. tem por objeto social: (i) a exploração, prospecção, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comercialização de bens minerais, dentre eles minério de ferro e ouro, a importação e exportação de bens e produtos ligados à atividade principal e sua logística de distribuição, o aproveitamento econômico de concessões de autorização de pesquisa e lavra, a prestação de serviços de pesquisa mineral, a aquisição e o arrendamento de terras destinadas aos seus objetivos e necessidades, bem como direitos e interesses de consultoria em assuntos minerários e afins; e (ii) a participação em outras sociedades. Desde sua constituição até a data deste relatório, a Cia. encontra-se em fase pré-operacional. A Cia. pretende desenvolver e operar projetos para diferentes minérios, com prioridade para ouro e ferro, desde que apresentem relevante competitividade econômica, mediante (i) disponibilização de know-how e capital para viabilizar projetos economicamente viáveis, mas carenciados de investimento; (ii) desenvolvimento de pesquisas geológicas sistematizadas e estudos de viabilidade; e, ainda, (iii) estruturação de novas unidades produtivas.

Em 02/07/2012 a Cia. divulgou aos seus acionistas e ao mercado, como fato relevante, a aquisição de outras 2 opções de compra de direitos minerários (ouro), envolvendo uma área total de aproximadamente 25.000 hectares no Estado do Pará. Todas estas opções podem ser exercidas a critério da Cia. após a conclusão de estudos técnicos, e o preço de exercício variará em função da descoberta e prova de reservas minerais. A Cia. ainda não iniciou as suas atividades de exploração minerária e ainda não emitiu valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão, não havendo acordo de acionistas arquivado em sua sede social. No entanto, a Cia. já realizou atividades de pesquisa, exploração e avaliação em algumas áreas, tendo-se concluído, em setembro de 2013, não haver viabilidade econômica no projeto Igaracy 1, conforme Notas 11 e 23. Sendo este o principal projeto desenvolvido pela Cia. em 2013, estando os demais no aguardo de definições do

Em 02/07/2012 a Cia. divulgou aos seus acionistas e ao mercado, como fato relevante, a aquisição de outras 2 opções de compra de direitos minerários (ouro), envolvendo uma área total de aproximadamente 25.000 hectares no Estado do Pará. Todas estas opções podem ser exercidas a critério da Cia. após a conclusão de estudos técnicos, e o preço de exercício variará em função da descoberta e prova de reservas minerais. A Cia. ainda não iniciou as suas atividades de exploração minerária e ainda não emitiu valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão, não havendo acordo de acionistas arquivado em sua sede social. No entanto, a Cia. já realizou atividades de pesquisa, exploração e avaliação em algumas áreas, tendo-se concluído, em setembro de 2013, não haver viabilidade econômica no projeto Igaracy 1, conforme Notas 11 e 23. Sendo este o principal projeto desenvolvido pela Cia. em 2013, estando os demais no aguardo de definições do

novo código da mineração, e tendo o clima do mercado financeiro, no Brasil e no exterior, sido muito difícil para as pequenas empresas do setor de mineração, a empresa colocou suas atividades no Brasil sob atenção e adotou medidas de redução de custos a níveis muito baixos, sendo que medidas adicionais para reduzir ainda mais os custos gerais da empresa continuará a ser adotadas. Em conformidade com as perspectivas futuras da Cia., em 10/03/2014 a Cia. cedeu e transferiu à Metropolis Capital Markets GmbH a título de pagamento de parte do principal do crédito devido em virtude dos contratos de mútuo, os créditos (vide nota explicativa 8), incluindo os seus acessórios e todos os créditos e direitos emergentes dos negócios jurídicos, vide nota explicativa 27.

São Paulo, 28 de março de 2014

Reginaldo de Sousa Almeida – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)**

	Controladora		Controladora e consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Saldos em 31/12/2011</b>	679	622	(2.735)	(1.434)
Lucro líquido do período	–	7.751	(24.703)	(16.952)
<b>Saldos em 31/12/2012</b>	<b>679</b>	<b>8.373</b>	<b>(27.438)</b>	<b>(18.386)</b>
Aumento Capital	10	–	–	10
Despesas com opções de ações outorgadas	–	–	(2.755)	–
Prejuízo do período	–	–	–	(25.410)
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>689</b>	<b>5.617</b>	<b>(52.848)</b>	<b>(46.542)</b>

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)**

	Controladora		Controladora e consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Caixa aplicado nas operações</b>	(12.090)	(5.572)	(9.599)	(8.077)
Prejuízo do período	(25.410)	(24.703)	(25.410)	(24.703)
Depreciações e amortizações	136	135	136	135
Despesas de juros	62	71	62	71
Despesas de juros s/ empréstimos c/ controlador	3.344	3.219	3.344	3.219
Variações monetárias e cambiais, líquidas	7.191	7.545	7.191	7.545
Juros ativos	(9)	(73)	(9)	(73)
Juros ativos s/ empréstimos a receber	(1.453)	(4.246)	(1.453)	(4.246)
Equivalência com Impairment	2.272	2.139	2.272	2.139
Resultação patrimonial	2.226	2.499	–	–
Despesas com opções de ações outorgadas	(2.755)	7.751	(2.755)	7.751
Provisão para bônus a funcionários	204	991	204	991
Provisão para contingências civis	2.450	–	2.450	–
Recuperação de Despesa	(248)	–	(248)	–
Resultado com Impairment de intangível	–	–	–	(4.727)
<b>Variação de ativos e passivos</b>	<b>732</b>	<b>(4.241)</b>	<b>(1.759)</b>	<b>79</b>
Impostos a recuperar	(439)	(508)	(439)	(508)
Despesas antecipadas	(15)	12	(15)	12
Adiantamentos a terceiros	(2)	(33)	(2)	(33)
Contas a receber – pessoas ligadas	2.124	(2.124)	–	–
Outros ativos	(1)	(1)	(1)	(1)
Outras contas a receber	(269)	–	(269)	–
Fornecedores	21	25	219	25
Impostos a recolher	(83)	(35)	(86)	(31)
Provisão para férias, 13º salário e encargos	(39)	30	(39)	30
Provisão para bônus a funcionários	(787)	–	(787)	–
Outras provisões	(140)	213	(575)	648
Provisão para passivo a descoberto das investidas	171	–	171	–
<b>Caixa líquido aplic. nas ativid. operacionais</b>	<b>(11.358)</b>	<b>(7.993)</b>	<b>(11.358)</b>	<b>(7.992)</b>
Aquisição de imobilizado	(5)	(2)	(5)	(2)
<b>Caixa líquido aplic. nas ativid. de investimentos</b>	<b>(5)</b>	<b>(2)</b>	<b>(5)</b>	<b>(2)</b>
Liquidação de empréstimos	(10.225)	(3.142)	(10.225)	(3.142)

**atividades de financiamentos**

Variação em caixa e equivalentes de caixa (21.588) (11.137) (21.588) (11.136)

Caixa e equivalente de caixa no início do período 30.350 41.487 30.351 41.487

Caixa e equivalente de caixa no final do período 8.762 30.350 8.763 30.351

**Variação em caixa e equivalentes de caixa (21.588) (11.137) (21.588) (11.136)**

**Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)**

	Controladora		Controlado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Recetas:</b> Venda de bens ou serv.				
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Serviços prestados por terceiros	(3.282)	(3.354)	(3.333)	(3.354)
Gastos de Pesquisa, Exploração e Engenharia	–	–	(1.803)	(213)
Outras despesas administrativas	(3.919)	(1.511)	(4.491)	(1.868)
Resultado com Impairment	(2.272)	(1.239)	(2.272)	(1.239)
Despesas com opções de ações outorgadas	2.755	(7.751)	2.755	(7.751)
Recuperação de despesa	248	–	248	–
Depreciações e amortizações	(136)	(135)	(136)	(135)
<b>Valor adicionado (consumido)</b>	<b>(6.006)</b>	<b>(13.990)</b>	<b>(8.332)</b>	<b>(16.483)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>(11.075)</b>	<b>(2.746)</b>	<b>(8.839)</b>	<b>(247)</b>
Baixa de investimentos	(4.727)	–	(4.727)	–
Equivalência patrimonial	(2.236)	(2.499)	–	–
Despesas e receitas financeiras, líquidas	(4.112)	(247)	(4.112)	(247)
<b>Valor adicionado a aloca</b>	<b>(17.681)</b>	<b>(16.736)</b>	<b>(17.671)</b>	<b>(16.730)</b>

**Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)**

	Controladora		Controlado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Provisão e depósito judicial</b>				
Atualização do depósito judicial	–	1.000	1.000	607
Benefícios	229	151	229	151
FGETS	26	32	26	32
Impostos federais	550	646	560	652
Impostos estaduais	9	9	9	9
Impostos municipais	43	41	43	41
Juros pagos	3.479	3.290	3.479	3.290
Aluguéis	774	769	774	769
Prejuízo do Exercício	(25.410)	(24.703)	(25.410)	(24.703)
<b>Valor adicionado alocado</b>	<b>(17.681)</b>	<b>(16.736)</b>	<b>(17.671)</b>	<b>(16.730)</b>

RS 5.450 correspondente a alegados 109 dias de descumprimento de ordem liminar, com multa de R\$ 50 por dia. A multa, cuja expectativa de perda é provável, foi, em novembro de 2011, reduzida pelo judiciário para R\$ 1.000, tendo sido este valor depositado em juízo pela Cia. em 22/11/2011 e, desde então, está sujeito à atualização pela TR (taxa referencial) mais 0,5% de juros ao mês. Uma nova decisão, publicada em 19/04/2013, alterou o valor para R\$ 3.450. Com base no exposto, a Cia. alterou a provisão para atender a recente decisão judicial.

**Controladora e Consolidado**

**2013 2012 2013 2012**

Ativo	Nota explic. 2013		Controladora 2012		Consolidado 2012	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Circulante</b>	<b>10.162</b>	<b>31.294</b>	<b>10.163</b>	<b>31.359</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.762	30.350	8.763	30.351	
Impostos a recuperar	6	1.298	859	1.298	859	
Adiantamentos a terceiros		36	34	36	98	
Despesas antecipadas		66	51	66	51	
<b>Não Circulante</b>	<b>5.720</b>	<b>9.710</b>	<b>5.720</b>	<b>10.085</b>		
Outros créditos com partes relacionadas	21.c	268	–	268	–	
Depósito caução aluagel		144	143	144	143	
Contas a receber – pessoas ligadas	7	–	2.124	–	–	
Outras Contas a receber – Mútuo com controladas	8	3.967	3.967	3.967	3.967	
Depósitos judiciais	16	1.128	1.067	1.128	1.067	
Investimentos	9	–	2.065	–	–	
Intangível	10	213	344	213	344	
Intangível	11	–	–	–	–	
<b>Total do ativo</b>	<b>15.882</b>	<b>41.004</b>	<b>15.883</b>	<b>41.444</b>		

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Informações Gerais – All Ore Mineração S.A. ("All Ore" ou "Cia."),** foi constituída com o intuito de explorar oportunidades de investimento no setor de minério de ferro do Brasil. A Cia. encontra-se instalada em seu escritório administrativo na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 2º andar, conjunto 22, Itaim Bibi, São Paulo-SP. De acordo com o seu estatuto social, a Cia. tem por objeto social: (i) a exploração, prospecção, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comercialização de bens minerais, dentre eles minério de ferro e ouro, a importação e exportação de bens e produtos ligados à atividade principal e sua logística de distribuição, o aproveitamento econômico de concessões de autorização de pesquisa e lavra, a prestação de serviços de pesquisa mineral, a aquisição e o arrendamento de terras destinadas aos seus objetivos e necessidades, bem como direitos e interesses de consultoria em assuntos minerários e afins; e (ii) a participação em outras sociedades. A Cia. pretende atuar prioritariamente no segmento de jazidas de minério de ferro e ouro, mediante: (i) disponibilização de know-how e capital para viabilizar projetos economicamente viáveis, mas carenciados de investimento; (ii) desenvolvimento de pesquisas geológicas sistematizadas e estudos de viabilidade; e, ainda, (iii) estruturação de novas unidades produtivas. Em 02/07/2012 a Cia. divulgou aos seus acionistas e ao mercado, como fato relevante, a aquisição de outras 2 opções de compra de direitos minerários (ouro), envolvendo uma área total de aproximadamente 25.000 hectares no Estado do Pará. Todas estas opções podem ser exercidas a critério da Cia. após a conclusão de estudos técnicos, e o preço de exercício variará em função da descoberta e prova de reservas minerais. A Cia. ainda não iniciou as suas atividades de exploração minerária e ainda não emitiu valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão, não havendo acordo de acionistas arquivado em sua sede social. No entanto, a Cia. já realizou atividades de pesquisa, exploração e avaliação em algumas áreas, tendo-se concluído, em setembro de 2013, não haver viabilidade econômica no projeto Igaracy 1, conforme Notas 11 e 23. Sendo este o principal projeto desenvolvido pela Cia. em 2013, estando os demais no aguardo de definições do novo código da mineração, e tendo o clima do mercado financeiro, no Brasil e no exterior, sido muito difícil para as pequenas empresas do setor de mineração, a empresa colocou suas atividades no Brasil sob atenção e adotou medidas de redução de custos a níveis muito baixos, sendo que medidas adicionais para reduzir ainda mais os custos gerais da empresa continuará a ser adotadas. Em conformidade com as perspectivas futuras da Cia., em 10/03/2014 a Cia. cedeu e transferiu à Metropolis Capital Markets GmbH a título de pagamento de parte do principal do crédito devido em virtude dos contratos de mútuo, os créditos (vide nota explicativa 8), incluindo os seus acessórios e todos os créditos e direitos emergentes dos negócios jurídicos, vide nota explicativa 27.

**2. Resumo das principais políticas contábeis – a. Base de apresentação:** (a) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (b) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (c) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (d) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (e) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (f) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (g) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (h) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (i) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (j) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (k) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (l) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (m) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (n) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (o) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (p) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia. abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (q) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro consolidado, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais

sendo o mínimo de R\$1,04 (um real e quatro centavos) e máximo de R\$ 2,56 (dois reais e cinquenta e seis centavos), que seriam exercíveis caso os executivos completassem os diversos períodos de serviços prestados à Cia. tidos como condição de exercício das ações e levou em consideração os seguintes fatores na sua apuração: **a.** Número de meses de serviços efetivamente prestados à Cia. até 31/12/2013, em relação ao período máximo de carência das Opções outorgadas de 3 (três) anos; **b.** O valor justo das opções outorgadas para a Alta Administração foi estimado na data da outorga com base em modelo binomial de precificação, considerando os prazos e demais condições da concessão; **c.** O valor justo das Opções outorgadas para os demais empregados foi estimado na data da outorga com base no modelo europeu Black-Scholes-Merton de precificação, considerando os prazos e demais condições da concessão; Quadro da movimentação de opções (em unidade de ações):

	2013	2012
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>4.090.000</b>	<b>400.000</b>
Opções concedidas no exercício	-	3.690.000
Opções canceladas no exercício	(1.616.667)	-
Opções exercidas no exercício	(1.000.000)	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.473.333</b>	<b>4.090.000</b>

**21. Partes relacionadas – a. Considerações:** As transações com partes relacionadas referem-se a transferências de natureza financeira que foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado (Nota 15) e concessão de benefícios para o pessoal-chave da administração (Nota 20-a e 20-c). As transações com as empresas controladas (MCM Gold e Zanka 6) estão divulgadas na Nota 7. **b. Controlador e pessoal-chave:** O acionista controlador da Cia. é a Metropolis Capital Markets GmbH, que no Brasil também é controlador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da Duxxi Imobiliária S.A. O pessoal-chave da administração da Cia. são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade. **c. Transações**

**entre partes relacionadas (controladora e consolidado):** Os montantes referentes às transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

	2013	2012
<b>Balço Patrimonial</b>		
Empréstimos com controladora	58.057	56.867
Opções Outorgadas	1.758	8.373
Débitos partes relacionadas – Duxxi Imobiliária S.A.	268	-

**Demonstração de Resultados nos exercícios findos em:**

	2013	2012
Pró-labore da diretoria (i)	2.355	2.661
Despesas com opções de ações outorgadas (ii)	(2.756)	7.751
Serviços de terceiros (iii)	-	60

(i) Inclui a remuneração dos Diretores e Administradores, composta por um valor fixo e variável (programa de bônus) dentro do limite estabelecido na Nota 20-b; (ii) Forma de liquidação em ações ordinárias, registradas ao valor justo de mercado calculados na data de outorga. (iii) Pagamento realizado para a empresa Treis-A por serviços de consultoria prestados no período de Junho a Setembro de 2012, quando se deu o encerramento do contrato de prestação de serviços, não havendo registro de nenhuma outra transação desde então. A Treis-A tem como sócio minoritário o Sr. Fábio José Assumpção, diretor da All Ore no período de outubro de 2012 a setembro de 2013. **22. Resultado por ação** – Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Cia. apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31/12/2013 e de 2012. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2013	2012
<b>Resultado básico por ação para os exercícios findos em:</b>		
Prejuízo do exercício	(25.410)	(24.703)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	81.359	80.359

**Resultado básico por ação para os exercícios findos em:**

	2013	2012
<b>Resultado básico por ação (Em R\$)</b>	<b>(0,31232)</b>	<b>(0,30741)</b>
<b>Resultado diluído por ação para os exercícios findos em:</b>		
Prejuízo do exercício	(25.410)	(24.703)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	81.359	80.359
Diluição – Opções de ações (em milhares de ações)(i)	-	1.007
Média ponderada de ações ordinárias ajustadas pela diluição	81.359	81.366

**Resultado diluído por ação (Em R\$)**

(i) Número médio ponderado de ações sob opção que excedem o número médio ponderado de ações que seriam emitidas a um preço médio de mercado. No dia 04/10/2013 foram exercidas 1.000.000 de ações, ao preço unitário de R\$0,01. Outros 2.000.000 de potenciais ações ordinárias foram canceladas em razão da destituição do Diretor Presidente. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. **23. Gastos com pesquisa e exploração (consolidado)** – O saldo de R\$ 1.603 em 31/12/2013 corresponde aos gastos com pesquisa, exploração, engenharia, entre outros registrados nas controladas, para continuidade das pesquisas e de estudos de geoquímica e geofísica no projeto Igaracy 1 (Zanka 06) e preparar avaliação de ativos, entre outras, nas áreas de opção de compra no Tapajós (MCM Gold). A Cia. realizou, em 2013, atividades de sondagem no projeto Igaracy 1, cujos resultados se mostraram insatisfatórios, indicando a inexistência de viabilidade econômica de sua exploração. Em razão deste fato, a Cia. cancelou investimentos no projeto, conforme comunicado ao mercado.

**Resultado diluído por ação para os exercícios findos em:**

	2013	2012
Zanka 06	1.612	1.745
MCM Gold	(9)	391
<b>Total</b>	<b>1.603</b>	<b>2.136</b>

**Diretoria**

**Alessandro de Oliveira Leme** – Contador CRC 1SP 236.426/0-6

**Reginaldo de Sousa Almeida** – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **All Ore Mineração S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da All Ore Mineração S.A. (“Cia.” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da All Ore Mineração S.A. e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cia. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia.. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da All Ore Mineração S.A. em 31/12/2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da All Ore Mineração S.A. e suas controladas em 31/12/2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme descrito na Nota 2 (a), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da All Ore Mineração S.A., essas

**24. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social** – A Cia. para o ano de 2013 optou pela tributação com base no lucro real. Nesse método de tributação, o lucro tributável é apurado a partir do lucro contábil obtido na demonstração do resultado do exercício ajustado pelas adições e exclusões aplicáveis de acordo com a legislação vigente. Em 2012, a forma de tributação foi o lucro real. **25. Obrigações e compromissos** – A Cia. adotou medidas de redução dos custos gerais e cancelou contratos que dependiam dos resultados das pesquisas do projeto Igaracy 1 e que se mostraram insatisfatórios, restando, como principal compromisso assumido pela Cia., o que diz respeito à locação do imóvel que é utilizado como sede administrativa da Cia. **26. Informações sobre segmento** – Muito embora a Cia. tenha opções de aquisição de direitos minerários de ouro, ferro e cobre, ela realizou atividades de pesquisa e exploração mineral apenas para ouro, nos estados da Paraíba e Pará, e por isso possui apenas um segmento operacional. **27. Eventos subsequentes** – A Cia. informa que em 30/01/2014 o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá proferiu sua sentença arbitral para o caso instaurado por Campina Participações S.A. (“Campina”) favorável à Cia., julgando totalmente improcedente os pedidos dos autores. Em face disso, a Cia. segue os procedimentos de execução da dívida de Campina e Mhag, agora em instância judicial. Em 27/01/2014 o Conselho de Administração da Cia. deliberou o pagamento parcial do empréstimo ao controlador no total de R\$2.785.200,00, referente a linha de crédito informada conforme Nota 15. Em 27/02/2014, o Conselho de Administração da Cia. aprovou a abertura de linha de crédito, através da celebração de Contrato de Mútuo, por meio do qual a Cia. emprestará a Duxxi Imobiliária S.A. a quantia de R\$ 2.700 pelo prazo de 90 dias com juros correspondentes a variação da taxa Selic. Em 10/03/2014, a Cia. firmou instrumento particular de dação em pagamento por cessão de créditos, cedendo e transferindo a Metropolis Capital Markets GmbH integralmente, os créditos que detinha em razão da aquisição da Mhag, conforme Nota 8, por seu valor nominal que totalizou R\$ 41.309. São Paulo, 28/03/2014.

**Práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.**

**Outros assuntos**  
**Informação suplementar: demonstrações do valor adicionado:** Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Cia., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Cias. abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. São Paulo, 28/03/2014

**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes**  
CRC 2SP 000.160/0-5

**Peter August Herzog**  
Contador  
CRC 1SP 235.079/0-3

**PWC**